

# MOÇAMBICANIZAÇÃO DOS ESCRAVOS SAÍDOS PELOS PORTOS DE MOÇAMBIQUE <sup>1</sup>

**Eduardo Medeiros**

Docente reformado da Universidade Eduardo Mondlane e da Universidade de Évora  
ecmedeiros41@gmail.com

**Resumo:** A partir de 1720, a captura, o deslocamento e a exportação de pessoas tornaram-se características dominantes no cenário político e econômico das regiões norte e centro de Moçambique, bem como das zonas adjacentes. Os portos de Quelimane, Angoche, Ilha de Moçambique, Ibo, Tungué, para não falar das baías, ribeiras e ilhas costeiras setentrionais, emergiram como importantes armazéns de africanos escravizados. Para estes portos convergiam inúmeras caravanas de cativos procedentes de diferentes latitudes, variando segundo os interesses particulares dos comerciantes africanos de escravos e seus parceiros internacionais. Quando as condições para exportar esses escravos eram limitadas, o vale do Zambeze e os estabelecimentos euroasiáticos das regiões costeiras ficavam lotados de massas escravas, compostas por indivíduos desenraizados oriundos de sociedades distantes. Esses recém-chegados aumentavam temporariamente as populações portuguesas, afro-luso-indostânicas e muçulmanas do litoral swahili e, muitas vezes, permaneciam improdutivos durante toda a sua estadia. Independentemente da duração de sua permanência, os africanos escravizados trazidos a esses postos comerciais costeiros eram registrados nos documentos oficiais segundo as suas origens. No entanto, depois de serem embarcados para o seu destino final, os escravos recebiam denominações mais genéricas e passavam a ser registrados como “moçambiques”, “makuas” (nome genérico dado a todos os povos vindos do norte de Moçambique) ou “inhambanes”(aqueles que saíram pelo porto Inhambane no sul de Moçambique). Esta “moçambiquização” dos escravos exportados através dos portos de Moçambique levanta sérias questões sobre suas identidades culturais no destino final. Os chamados “moçambiques” que chegaram nos portos do Brasil e das ilhas do Oceano Índico deram origem a manifestações culturais que ficaram conhecidas localmente como sendo originárias de Moçambique. Mas elas eram, de fato, de origem moçambicana? A presente contribuição concentra-se em alguns dos aspectos dessa “moçambiquização” iniciada nos portos de partida.

**Palavras Chaves:** Moçambique. Escravos. Identidade.

---

<sup>1</sup> Uma versão deste texto foi originalmente apresentada sob o título “The Mozambicanization of Slaves Leaving through Ports of Mozambique” na conferência Enslaving Connections: Africa and Brazil during the Era of the Slave Trade, 12-15 October, 2000 York University, Toronto, Canadá. Uma versão abreviada foi subsequentemente publicada (MEDEIROS, 2009). Agradeço à **Portuguese Studies Review** por facilitar sua publicação aqui. Esta, a versão completa, ha muito que deveria ter sido publicada num contexto diferente.

## MOZAMBICANIZATION OF SLAVES LEFT BY MOZAMBIQUE PORTS

**Eduardo Medeiros**

Docente reformado da Universidade Eduardo Mondlane e da Universidade de Évora

ecmedeiros41@gmail.com

**Abstract:** Beginning with 1720, the capture, movement and export of people became a dominant feature of the political and economic scenery of northern and central Mozambique, as well as adjacent regions. The ports of Quelimane, Angoche, Ilha de Moçambique, Ibo, Tungué, not to mention northern coastal bays, creeks and islands, emerged into important African slave emporiums where converged multiple caravans of captives from different directions according to the particular interests of African slave traders and their international partners. When conditions for exporting these slaves were poor, the Zambeze valley and the Euro-Asiatic establishments of the coastal regions became crowded with slave populations uprooted from distant societies, which temporarily swelled, often unproductively, the Portuguese, Afro-luso-industanic and Muslim populations of the Swahili littoral. Regardless of the length of their stay, African slaves kept at these coastal trading posts were registered according to their origins. But, after embarking for their final destination of captivity, they there became considered as “mozambiques”, as “makuas” (a generic name given to all peoples of northern Mozambique), or as as “inhambanes” (those who left through the port of Inhambane in southern Mozambique). This “mozambicanization” of slaves departing through the ports of Mozambique raises serious questions about the cultural identities with which they ended up at their final destination. The so-called “moçambiques” in Brazilian ports and in the islands of the Indian Ocean gave rise to cultural manifestations which were referred to locally as from Mozambique. But were they in fact of Mozambican origin? The present contribution focuses on some of the aspects of this “mozambicanization” in the ports of departure.

**Keywords:** Mozambique, Slaves, Identity

Desde a antiguidade que um comércio com transporte marítimo ligou a costa oriental de África ao Iémen, Golfo Pérsico, Costa do Gujrate e Siri Lanka, o que explica a razão pela qual se desenvolveu um rosário de cidades de negócio nestas regiões ribeirinhas do Oceano Índico. Por sua vez, estes entrepostos costeiros estavam relacionadas com o interior do continente, por vezes a longas distâncias. O tráfico de escravos da África oriental para as Américas foi de pouca monta até ao século XVII, desenvolvendo-se nos finais deste e durante o século XVIII, com algum prolongamento no Século XIX. Mas foi no século XVIII, mais precisamente a partir de 1721, mais ano menos ano, e no século XIX, que milhares de africanos foram raptados aos seus grupos sociais de origem e transportados para as ilhas do Oceano Índico, aumentando assim o número dos que tinham e continuavam a ser levados não só para as Américas como para as terras sob domínio dos árabes na Ásia, sobretudo pelo Golfo Pérsico.

O comércio de mercadoria humana durou até ao primeiro decénio do Século XX: tráfico "legal" até cerca de 1854, "ilegal" depois, comércio de trabalhadores chamados *livres engajados*, entre 1854 e 1892 (CAPELA; MEDEIROS, 1988). Mas esta distinção entre "legal", "ilegal" e "contratados" era indiferente para as sociedades locais; para elas tratava-se da mesma coisa quanto às formas de rapto e de exportação dos seus membros. Talvez no destino, após a abolição, tenha havido alguma diferença, pouca, mas isso não sabiam os familiares que ficavam e fraco sentido e proveito tiravam disso.

A crescida procura de força de trabalho servil na maior parte do século XVIII e durante todo o século XIX no actual território moçambicano e nos territórios vizinhos mais a oeste multiplicou os processos de "produção" de escravos e alargou as formas de servidão no seio das próprias sociedades locais. Provocou também reestruturações dos espaços políticos e um considerável reordenamento dos espaços etno-culturais. Todas as etnias e unidades tribais da época e respectivos grupos familiares, sobretudo a norte do rio Zambeze no actual território moçambicano, estiveram envolvidos no negócio negreiro como raptados ou como capturadores, geralmente em ambas as coisas ao mesmo tempo (MEDEIROS, 1988).

Graças a Edward Alpers (2003a, 1982, 1975, 1970), José Capela (2002, 1996, 1993, 1990, 1989, 1988, 1985, 1979) e outros historiadores (Alpers; Zimba; Isaacman, 2005; Isaacman; Isaacman, 2004; Newitt, 1995; Clarence-Smith, 1989; Beachey, 1976; Hafkin 1973; Duffy, 1967), temos hoje estudos bastantes sobre o tráfico de escravos a partir do actual território de Moçambique, incluindo a identificação de portos e locais de embarque mais

clandestinos, listagem de barcos e de negreiros, compilação de números, análises estatísticas e reflexões sobre a economia escravagista. Temos também, devido sobretudo a Alpers (2003b, 2000), alguns estudos sobre a *diáspora* africana nas Ilhas do Oceano Índico, que, de um ou de outro modo, permitem conhecer o legado cultural africano na crioulização das culturas insulares. Existem muitos menos estudos sobre vestígios de "moçambicanos" no Brasil e nas restantes regiões das Américas utilizadoras de escravos africanos.

Possuímos, pois, bastantes informações sobre práticas de aquisição de escravos no litoral moçambicano; existe igualmente uma vasta literatura sobre o transporte marítimo e seus dramas, mas só recentemente, com o desenvolvimento da História Local e da Antropologia em Moçambique, começámos a possuir conhecimentos mais precisos das formas "organizadas" e "não organizadas" de captura (sempre socialmente violenta) de pessoas para o trato internacional.

Tendo em consideração os documentos que têm servido de fonte aos historiadores e as suas próprias conclusões, pretendo nesta comunicação:

- (i) sugerir que os escravos saídos pelos portos do actual Moçambique foram adquirindo neles designações que os negreiros das caravanas e dos entrepostos lhes atribuíam, designações estas relacionadas com toponímias recorrentes na época, por exemplo, Maravia, Sena, Sofala, Mocuba, Niassa, etc.; designações etnónimas usadas ao tempo, por outros que não os próprios, como macua, ajaua, sena, maconde, etc.; e designações no destino relativas à toponímia dos portos de embarque, como Inhambane, Moçambique (Ilha), Angoche, Sofala, Ibo, etc., e alguns dos etnónimos anteriores.
- (ii) mostrar que o comércio negreiro feito por portugueses, brasileiros e outras nações nos portos de Moçambique acabou por "moçambicanizar" os escravos que por eles saíam, qualquer que fosse a sua origem geográfica ou etno-cultural, mesmo dos provenientes de territórios que ficam hoje para além das actuais fronteiras de Moçambique;
- (iii) mostrar que, à excepção de referências geográficas, os etnónimos não tinham na época o mesmo valor semântico que hoje lhes damos, e na diáspora termos como "Masombiky", "Macoa" e "Yemvane" eram essencialmente termos de apropriação cultural africana num mundo crioulo e não referências étnicas.

Na verdade, falar de espaços etno-culturais como uma fixação histórica de longa duração é não ter em consideração que as etnias crescem, desenvolvem-se e morrem e que as de Moçambique actual (em construção) foram uma criação tardia de missionários e administradores, tornadas “académicas” por antropólogos e historiadores, e mais recentemente por aqueles que procuram na etnicidade o acesso ao poder. Por isso, para o longo período do comércio de escravos começa a ser possível vislumbrar o emaranhado dos espaços políticos no território moçambicano, mas muito menos os limites dos espaços etno-culturais.

Façamos o balanço de algumas das designações "étnicas" e geográficas encontradas pelos historiadores nos documentos da época de portugueses, franceses, ingleses e menos frequentemente holandeses e alemães.<sup>2</sup> Relacionado com o actual etnónimo Macua<sup>3</sup>, vocábulo que é dos mais antigos na documentação portuguesa de Moçambique, temos: Makous, Macoa, Macoua, Maquoir, Macquois, Makua, etc. Com o etnónimo Ayao<sup>4</sup>, ou na sua versão portuguesa tradicional, Ajaua: Monjavois, Monjavu, Moudjiavoua, Moudjavois, Moujoua, Machingas, Wayao, Achingoli, Amachinga, Wamwela, Amalemba ou Wamlemba, Wamkula, Wanjese; com Senas<sup>5</sup>: Micene, Missana, Mousena, Mnsena; com Maconde: Andonde, Makonde, Matamwe, Mawia, Mwera, Ndonde, Vandonde; com Angoni<sup>6</sup>: Maviti, Mafite, Mafita, Mapsita, Maxitu, Mangoni, Mankoni, Mandeleule, Magwangwara, Macuanguara, Mazitu, Mashitu, Majita; com Lómuès: Boror<sup>7</sup>, etc., a lista é imensa.

Quem usava estes nomes para designar a etnia e etnicidade dos escravos? Os próprios à sua chegada aos portos de embarque? Os próprios no cativeiro? Os chefes negreiros das caravanas? As elites negras locais e os negreiros da costa? Estes últimos e os traficantes internacionais? Os senhores de escravos no cativeiro?

Os comerciantes negreiros do litoral, os negreiros do transporte e os negreiros no destino elaboravam listagens da mercadoria humana, classificando-a por sexo, por grupo de idade, por estado físico, por origem geográfica, e mais raramente por características etnolinguísticas.

---

<sup>2</sup> Seria fastidioso apresentar nesta comunicação a ampla bibliografia destes autores. Tratei dela detalhadamente em alguns dos meus textos sobre o problema da escravatura em Moçambique e sobre a diáspora nas Ilhas do Oceano Índico (CAPELA; MEDEIROS, 1988; MEDEIROS, 1988). Mas ver também, os outros trabalhos aqui citados de Alpers, Beachy, Capela, Clarence-Smith, Duffy, Hafkin, Isaaman e Isaacman, e Newitt.

<sup>3</sup> Macua é o singular na grafia portuguesa (plural: macuas); no idioma padrão destes povos o termo mais recente é Makhwa, plural: Amakhwa, idioma: Emaakhuwa.

<sup>4</sup> Ayao = os Yao (sendo Yao o singular); Wayao = nós os Yao.

<sup>5</sup> Terminologia portuguesa: Sena, plural Senas; de acordo com o idioma Shisena: Asena = os senas.

<sup>6</sup> Etnónimo derivado de Nguni (Vanguni), complexo etno-linguístico da África Austral.

Quando os dois últimos elementos eram tidos em consideração, eles obedeciam simplesmente a lógicas classificatórias mercantis, sendo os rótulos disponibilizados pelos negreiros da costa que, por sua vez, os obtinham das caravanas negreiras ou os relacionavam com elas. Dizemos relacionavam, porque era mais fácil designar os escravos trazidos pelas caravanas negreiras continentais pelo nome destas que fazer o inventário etno-linguístico dos cativos trazidos. E mesmo quando há documentos que apontam para o facto dos negreiros terem capturado gente nas suas próprias terras, pela violência mesma da dessocialização os cativos eram sempre outros, com designações apropriadas. Quem eram os negreiros como etnia, e quem eram os escravizados? Nunca, por exemplo, os islamizados negreiros do litoral, Cotis (Akoti), Muanis (Wamwani), Naharras (Anahara) designavam os cativos locais por estes nomes, mas sempre por outros, os "outros", genericamente "macuas", isto é, "selvagens", "bárbaros". Por conseguinte, nunca os escravizados diriam que eram da "família" dos negreiros, fossem eles seus tios uterinos, como não raras vezes sucedia.

Passemos em revista outros exemplos.

Quando nos documentos da época aparece o etnónimo Maconde, de quem se está a falar? Este termo só foi usado pelos próprios bem tarde no século XX em Moçambique. Aliás, a formação dum espaço etno-cultural nos planaltos do nordeste moçambicano e do sul da Tanzânia, com este não terá sido o resultado da resistência e refúgio ao comércio de escravos?

Referem os documentos que escravos Maraves e/ou Niassas eram conduzidos pelos negreiros para o litoral oceaníndico. Sabemos hoje que estas pessoas provinham de horizontes culturais díspares e de entidades étnicas de que pouco sabemos. Concluir que eram Cheuas, Nianjas, Nsengas e de outras etnias conhecidas hoje é não compreender o processo histórico de formação destas entidades.

Os Chicundas (Atxikunda), esses guerreiros cativos do Vale do Zambeze foram, ao serviço dos senhores dos Prazos, os grandes capturadores de gente para a escravização. Ora, pela sua origem muito heterogenia, acabariam por ser eles a dar origem em Sena aos Asena, em Tete aos Nyunguès, em Quelimane aos Chuwabos, no Baixo Zambeze aos Podzo, no Alto Zambeze aos Chicundas propriamente ditos, tudo etnias surgidas no termo do comércio de escravos quando esses homens passaram a ser localmente utilizados como força de trabalho pelo capital colonial moderno.

---

<sup>7</sup> O termo Bororo foi por vezes utilizado para indicar a população lómwè do vale do Chire (NURSE, 1975).

Independentemente do significado socio-etnológico, antigo e actual, destes e de outros epónimos, todos eles remetem, assim como os nomes geográficos vistos mais acima, para entidades e regiões moçambicanas de hoje. Isto é, todos os escravos que foram rotulados nos portos de Moçambique, ou no destino como provenientes destes portos, passaram a ser "moçambicanos", mesmo sendo provenientes de territórios que estão hoje para além das fronteiras do país.<sup>8</sup>

É ao conjunto desta gente que foi conduzida como mercadoria para terras longínquas e aos seus descendentes que se costuma designar por *diáspora*, conceito usado com bastante hesitação, pois ele não significa aqui a deslocação de um povo ou parte de um povo para terras distantes, quaisquer que tenham sido as causas, mantendo aí a mesma identidade ou adquirindo com o tempo uma identidade própria com memória da anterior; o conceito usado significa tão só a transposição geográfica, quase sempre violenta, de gente que acabou "malgré-lui" por participar no destino à formação de novas identidades, perdendo a maioria dos traços socio-culturais da origem. Por isso, neste último sentido, não existe propriamente uma *diáspora* de gente deste território que é hoje Moçambique nas ilhas do Oceano Índico e muito menos nas Américas; o que existe são sociedades insulares no Oceano Índico com uma frágil memória das suas origens, na composição das quais participaram vários elementos culturais africanos, levados, entre outros, por milhares daqueles que viriam a ser chamados mais tarde "masombiky" ou "makua". Como anotou Alpers (2000, p. 85), "embora a *diáspora* africana no Oceano Índico tenha raízes bastante antigas e não totalmente resultante do comércio de escravos, foi essencialmente o tráfico escravagista e a migração forçada durante a maior parte do século XVIII e todo o século XIX que deram origem a comunidades africanas insulares".

Vejamos algumas dessa memória.

Os "idiomas da praia" ou *kiswahili* de Moçambique tinham (e têm) pontos comuns de entendimento com os falares comoreanos.

Segundo Marie-Françoise Rombi (1983), muitas das canções entoadas ainda hoje na Ilha Mayotte, nas Seichelles, durante a narração de um conto popular têm a mesma forma e textura literária da época que foram para ali levados pelos escravos. O linguista moçambicano

---

<sup>8</sup> Em 1875, um almirantado inglês estimava em 200 mil o número de "moçambicanos" que viviam nas terras altas de Madagascar (CAPELA, 1985, p. 29).

José Mateus Katupa, colaborando com aquela investigadora, pôde constatar que muitas destas canções eram ditas em falares do norte de Moçambique.

"Em Madagáscar, o carácter hierárquico da sociedade Malgache era uma matéria politicamente sensível impondo o *status* de escravo aos descendentes de escravos, questão que só muito recentemente foi abordada pelos intelectuais nacionais. Para estes africanos orientais escravizados em Madagáscar, que eram referidos pelos Malgaches como 'Mosambika' e 'Makoa', o estatuto de escravos e origem africana estavam essencialmente ligados, e o estigma persistiu até à actualidade (Alpers, 2000, p. 87; Razafiarivony, 1996; Sharp, 1993, p. 59, 68, 77; Rakotomalala; Razafimbelo, 1985). Comunidades "moçambicanas" ditas "Makoa" mantiveram até uma data muito recente em Madagascar, principalmente em Ngazidja e Maintirano, costumes ancestrais africanos (Verin, 1985; Molet, 1955, p. 29-31). Sugere Noel Gueunier (2003-2004) "que pelo menos alguns dos "Makoas" em torno de Maintirano clamam ter vindo para Madagascar no século XIX como comerciantes e não como escravos". Ora a confirmar-se este facto seria mais provável que se registassem ali vestígio mais nítidos da cultura africana, o que parece não ser o caso. Escreveu Luc Molet (1955, p. 29-31) que a identificação etnológica dos *makoa* é relativamente clara: trata-se de africanos transportados para Madagascar na época do tráfico de escravos que foram criando raízes na Ilha, sobretudo após a abolição de 20 de Junho de 1877 e da efectivação da abolição em 1897, e que o poder da consciência popular foi mantendo na memória a sua ligação com África (ALPERS, 2003b, p. 31). Antropologicamente falando, os "Makoa" são indivíduos de raça negra e cabelos crespos ou em "grão de pimenta" que, tornando-se malgachofones, conservaram na Ilhas de Sainte-Marie e Nosy-Bé, em Sambirano e no cabo de Saint-Sébastien apenas algumas palavras africanas, mas que mantiveram na sua música, nos seus costumes, na sua cultura material muitos vestígios originários do Velho Continente, pelo menos até aos anos 50 deste século. Apesar da grande miscigenação a pertença a um fundo africano é visível nos traços do rosto, na estatura, nos cabelos, etc., e os mais velhos não escondiam, em 1950, serem *masombiky*, isto é, reconheciam a sua origem não-malgache (ALPERS, 2003b, p. 31, sublinhado meu, E.M.).

Alpers (2003b, p. 35) escreveu por seu turno que os "Makoa tendiam a viver em aldeias distantes dos seus vizinhos Malgaches, mesmo depois da sua emancipação em 1877. Esta situação criou duas áreas principais de concentração habitacional, à volta de Nosy-Bé e de Tambohorano, entre os Sakalavas, e em grupos mais isolados em Imerina. O facto de viverem em aldeias distintas parece ter facilitado a preservação da língua "makoa" pelo menos até à



década de 20 deste século, quando muitos "Makoa" desistiram de ensinar o seu idioma aos filhos como desejo de pertença à sociedade malgache, embora este processo não tenha sido nem fácil nem completo. Mesmo onde os "Makoa" conseguiam uma integração total, o seu estatuto como descendentes de escravos criava barreiras que eram difíceis de ultrapassar. Por exemplo, numa comunidade que vive nas proximidades da capital nacional, onde no século XIX os homens serviam como pedreiros para a construção dos principais palácios, constituindo somente a quarta parte da população, eles eram mais ou menos forçados a continuar a casar endogamicamente, embora um dos seus membros tenha sido eleito autarca regional. Esta restrição mantém consequentemente certas características africanas visíveis a olho nu que eram inibitórias a uma total integração social. Mais, o nome Malgache pelo qual os "Makoa" ou "Mosambiky" são conhecidos é "Zazamanga", termo que reforça a separação, já que "zaza" significa criança e "manga" significa azul, forma malgache de designar o negro africano (Razafiarivony, 1996). O problema bem surpreendente é o pesado fardo dos "Makoa" continuarem a falar ambas os idiomas locais, o malgache e o "makoa" (RAKOTOMALALA; RAZAFIMBELO, 1985). Em ambos os casos é evidente que o funcionamento da mais alta estratificação social "Makoa" continua igualmente a funcionar em desvantagem para os africanos em Madagascar; mesmo na região sakalava a existência de um conjunto de anedotas entre os "Makoa" e entre os seus vizinhos malgaches sobre cada um dos dois grupos evidenciam a existência de um distanciamento social (RAJAONARIMANANA, 1987). Assim, a preservação da cultura africana foi variando, todavia, tão recentemente como nas duas últimas décadas, investigadores obtiveram sucesso na recolha de contos populares e palavras em "makoa" entre os membros mais idosos da população (GUEUNIER, s.d.; SHRIVE, 1977). Finalmente, um diferente tipo de consciência africana existe na ilha de Nosy-Bé onde a população negra é poeticamente conhecida em kiswahili por "Maganja", termo provavelmente proveniente do lago Niassa, e que terá dado origem, pela via dos escravos, ao maior stock populacional africano da ilha (GUEUNIER, 1983). Claro está que tanto o epónimo "makoa" como "maganja" designam mais propriamente eventuais origens africanas e moçambicanas do que etnicidades específicas.

Em 1835, o número de escravos nas Seychelles era estimado em 6521, assim distribuídos segundo a origem: *Mozambiques*, 3924, *Crioulos*, 2231, *Malgaches*, 282, *Indianos*, 38, *Malaaios*, 3 e, de procedência desconhecida, 43. A população total do Arquipélago era na altura de 7500 habitantes, o que significa que os "não escravos" nem sequer perfaziam o meio milhar (FILLIOT, 1982). De 1861 a 1870, cerca de 2500 africanos

*libertos* noutras Ilhas do Índico foram reconduzidos para as Seychelles. Graças a esta mão-de-obra adicional, o Arquipélago pôde transformar a sua agricultura e desenvolver plantações de coqueiros que se tornaram a principal riqueza das Ilhas. Em 1871, as Seychelles estavam em condições de pedir o fim da gestão tutelar da Maurícia e exigir a autonomia e ao mesmo tempo a imigração de um maior número de africanos *libertos* (LY-TIO-FANE PINCO, 1979). Uma tão pequena população e de origens tão diversas não permitiu aos "moçambicanos" ali presentes manter as suas línguas e culturas-mães. Mesmo assim, fala-se ainda nos anos 70 do século XX dos antepassados *macondes*, *macuas* e *maraves*. Vimos mais acima o entendimento destes vocábulos para a época escravagista; há trinta e quarenta anos atrás eles tinham já outra fixação etnoplógica.<sup>9</sup>

No tempo da escravatura nas Ilhas Seychelles, como, aliás, nas outras Ilhas do Oceano Índico, não era raro fugirem escravos das plantações e das casas dos seus amos para procurar a liberdade no fundo dos bosques ou em locais distantes e de difícil acesso. Os escravos que conseguiam a liberdade por esta via, a única possível, eram designados em todas as Ilhas do Oceano Índico pelo termo *marrons*, e o fenómeno em si mesmo pela locução adverbial *marronage*.<sup>10</sup> Foram essencialmente estas comunidades do *kilombo* que recrearam as suas identidades africanas.

Para as Ilhas Mascarenhas (Maurícia e Reunião) vejamos o seguinte.

À medida que os escravos iam sendo desembarcados nas Mascarenhas procedia-se ao seu rateio pelos diversos proprietários das plantações. Deste modo, nunca se chegavam a constituir comunidades oriundas da mesma procedência com efectivos suficientemente numerosas capazes de manter vivas as respectivas línguas e culturas e transmiti-las às gerações seguintes. Foi certamente essa uma das razões pela qual não se encontram ali muitos vestígios culturais do Moçambique étnico actual. Sabemos pelos registos de algum comércio que, no caso particular dos "moçambicanos", a maioria dos escravos eram originários das sociedades matrilineares do norte do país. Ora nestas sociedades o princípio de filiação unilateral é definido por via feminina e a transmissão do saber dos anciãos e da cultura fazia-se e faz-se ainda hoje no seio dos grupos sororais. Como no cativo a probabilidade de casamento com uma mulher da mesma origem cultural devia ser reduzida, a constituição de

---

<sup>9</sup> Vide a obra do administrador etnólogo António Rita-Ferreira dos anos 60.

<sup>10</sup> Segundo o investigador francês Jean-Michel Filliot (1982, p. 60), o vocábulo "marron, que por sua vez é derivado do castelhano "cima", designava "bosque" e os animais domésticos que nele se refugiavam.

grupos estruturados segundo a tradição étnica era praticamente impossível. A descendência, que, aliás, continuava a ser escrava, passava a ser socializada numa cultura local muito heterogénea, embora a mãe fosse o motor fundamental da transmissão cultural.

Em 1787, a população da Maurícia era estimada em 40.439 habitantes, dos quais, 33.832 eram escravos; em 1827, o número de habitantes subiu para 92.997 pessoas, sendo 68.962 escravos (LY-TIO-FANE PINCO, 1985). No segundo quartel do século XIX, dentro da categoria "escravos", puderam ser registados 40 a 45 por cento de "Mosambiques", 30 a 35 por cento de Malgaches, 10 a 15 por cento de Hindús. Em 1834, a Maurícia e as Seychelles tinham conjuntamente uma população de cerca de 70 mil pessoas. Em 1848, havia na Reunião 60 mil escravos. Mas estes números relativos à população servil não representam senão uma ínfima percentagem dos indivíduos arrancados às suas sociedades africanas. Segundo Jean-Michel Filliot (1985), dos 620 "moçambicanos" (sic!) embarcados em 1739 com destino às Mascarenhas, 360 morreram durante a viagem. O mesmo investigador acrescenta que entre 1777 e 1808, a mortalidade atingia 21 por cento dos escravos a bordo dos navios. Quanto a Gaétan Benoît (1985), este autor considera que a Ilha Maurícia foi o túmulo de mais de um milhão de africanos desde o início da escravatura até 1869.

A Maurícia tinha por volta de 1980 uma população de cerca de um milhão de habitantes, da qual, mais de duzentos mil podia reivindicar uma origem africana (Moutou, 1985), sendo uma parte de "masombiky" Maraves, Senas, Macondes, Makoas, Machonas e Yemvanes (REDDI, 1985), segundo as listagens negreiras.

Há pois evidências de que africanos e malgaches nas Mascarenhas estavam conscientes das suas raízes. Na década de 1840, o viajante etnógrafo francês, Eugène de Froberville (1847; 1852), entrevistou mais de 300 nativos da África oriental, dentre os quais cerca de 50 tinham deixado recentemente as suas terras natais. Na busca de informação sobre os seus costumes e tradições, Froberville recolheu 60 máscaras e figurinos. Foram desenhados 50 retratos com tatuagens características que estas "raças" gostavam de traçar nas suas caras e nos seus corpos, e 31 vocábulos da sua linguagem. Entre as pessoas de quem recolheu esta informação havia Macuas, Niambanas, ambos de Moçambique, e Ngindos do interior sul da actual Tanzânia. Uma década depois, um missionário britânico pioneiro notou que os escravos livres mantinham superstições e praticavam ritos idólatras peculiares da sua terra natal, incluindo o respeito pelos seus antepassados. Eles utilizavam objectos adivinhatórios para prever o futuro

e geralmente traziam um talismã conhecido pelo nome de *grisgris* (BEATON, 1971, p. 78-80).

O que acabámos de escrever nestas últimas páginas sobre a *diáspora* mostra que a procura identitária faz apelo a uma memória que vai para além da memória vivencial do comércio negreiro, e que foi tomando os rótulos classificatórios deste comércio que se inscreveram a construção das identidades. A existência de "Mosambiky", "Makoa", "Manhambanes" e outros na diáspora mostra quanto a mim a "moçambicanização" que se começou a fazer nas praias do Oceano Índico ocidental, entre o Rovuma e o Incomati.

#### **Anexo: Notas para o estudo da formação das entidades étnicas dos povos de língua(s) emakhuwa e elómwè e advento da etnicidade macua e lómuè**

### **I**

Os macuas e os lómuès têm sido por vezes considerados como uma mesma entidade étno-cultural e outras como duas entidades distintas. Seja como for, juntos constituem hoje a maior área linguística de Moçambique com maior grau de afinidades.

Segundo os dados do censo de 1980 (Moçambique-Ministério da Educação, 1986, p. 46), 26,7% da população do país tinha como língua materna uma das múltiplas variantes dialectais do idioma *emakhuwa*, termo pelo qual os linguistas têm vindo a nomear o conjunto de dialectos e falares desta zona de África, incluindo o *elómwè* (PIRES PRATA, 1946, p. 47-48; NUCLEO DE ESTUDO DE LINGUAS MOZAMBICANAS, 1989, p. 42).

O território tradicional dos povos falando *emakhuwa* e *elómwè* é, *grosso modo*, limitado a leste pelo oceano Índico, a oeste pela fronteira do Malawi, a norte pelo rio Messalo e a sul pelo rio Lualua; outrora, estendia-se também para as terras da margem esquerda do rio Zambeze a jusante do rio Chire, mas repetidas passagens por estas paragens de outros povos e a formação de um novo complexo socio-cultural na zona fez deslocar mais para norte a fronteira linguística macua-lómuè, embora a influência idiomática e cultural se tenha mantido

no vale até aos nossos dias,<sup>11</sup> por exemplo, nas línguas e organização socio-familiar *echuwabo*, *epodzo*, etc.<sup>12</sup>

Este imenso território foi sendo povoado desde o início da nossa era, ou mesmo antes, por comunidades de cultivadores de cereais africanos, conhecedoras do fogo e da metalurgia do ferro. Até cerca de 1000/1500 este longo período tem vindo a ser designado pelos arqueólogos por Idade do Ferro Inferior (IFI). A arqueologia tem avançado também para esta época a hipótese de uma agricultura embrionária de origem local.<sup>13</sup> A partir dos séculos XI e XVI d.C. novas migrações de povos falando línguas bantu terão chegado à região dando origem àquilo que os cientistas das escavações designam por Idade do Ferro Superior (IFS). Estas migrações, que se prolongaram até à ocupação colonial moderna terão sido mais rápidas que na Idade do Ferro Inferior (IFI) a ponto de terem provocado mudanças bruscas na tradição da olaria (ADAMOWICZ, 1987, p. 76). O estudo dos vestígios de cerâmica sugere aliás três tradições distintas (ADAMOWICZ, 1987, p. 79): (i) uma tradição do interior, relacionada com a IFS do Malawi e Zâmbia; (ii) uma tradição do interior mas endógena resultante de transformações ocorridas naquela; (iii) uma tradição costeira, estando esta última relacionada com as migrações e comércio a longa distância através do oceano Índico ocidental e o advento da civilização swahíli.<sup>14</sup> Devemos incluir nestas migrações a expansão económico-militar dos maraves (futuros cheuas-nianjas) nos séculos XVI<sup>15</sup> e nos séculos XIX<sup>16</sup>, e dos angoni, na

---

<sup>11</sup> O missionário português Frei João dos Santos (1891, Vol. I, p. 250) relata alguns desses acontecimentos ocorridos no vale do Zambeze no século XVI.

<sup>12</sup> "A língua falada entre os nossos pretos da Missão dos Santos Anjos de Quelimane é a dos povos macuas; mas o vocabulário de Quelimane contém certo número de termos estrangeiros derivados dos idiomas de Sena (cixona) e de Tete (cinhungwé). O dialecto próprio de Quelimane, dito *echuwabo*, fala-se desde a ponta de Tangalane até uma 15 léguas do interior, na direcção do Boror e até ao rio Licungo. Contudo pode-se dizer que a língua é substancialmente a mesma no imenso território compreendido entre o rio Rovuma e seu afluente o Lugenda até ao Lago Chirúá e d'este Lago até à embocadura do Licungo, com a excepção de algumas povoações situadas entre as villas de Ibo e Tungué na costa até ao planalto de Mavia no interior, e também das povoações da Maganja da Costa, cujo dialecto é semelhante ao de Tete. De modo que o missionário que falasse a língua de Quelimane se familiarisava facilmente, e em pouco tempo, com os mais dialectos macuas dos diferentes territórios que acabámos de descrever" (DESMAROUX, 1895, p. 115-116).

<sup>13</sup> Algumas estações escavadas recentemente na província de Nampula sugerem que pequenos grupos de habitantes ou só de mulheres tenham começado a praticar a agricultura (ADAMOWICZ, 1987, p. 47-144).

<sup>14</sup> Sobre o comércio no litoral do Índico ocidental, entre o Zambeze e Zanzibar, e sobre a civilização swahíli existe uma valiosa bibliografia, vamos apenas referir alguns trabalhos: RITA-FERREIRA, 1992; SINCLAIR, 1987; TEIXEIRA DUARTE, 1987. Para as comunidades suahilizadas do litoral norte moçambicano, sobretudo de Angoche e ilhas Quririmbas os estudos são mais frágeis: LOPES BENTO, 1992. Sobre as transformações ocorridas no interior das "terras firmes imediatas" relacionadas com esta civilização swahíli algumas hipóteses de trabalho foram avançadas por RITA-FERREIRA (1989).

<sup>15</sup> A expansão dos maraves no século XVI ficou conhecida em Moçambique por "invasões zimbas". Rita-Ferreira (1975, p. 206) diz o seguinte: "em 1580 sobreveio a terrível invasão dos canibais zimbas, identificada pelos modernos etno-historiadores como uma ofensiva militar lançada por um dos Lundos, reis do ramo maganja dos Maraves, possivelmente com vista a monopolizar as rotas comerciais com o litoral".

segunda metade do século XIX.<sup>17</sup> Para além destas migrações, incluindo dos árabe-swahíli há ainda a registar a presença europeia e asiática no litoral e no vale do Zambeze desde o século XVI, com grande impacto de indianos a partir do século XVIII nas terras do interior.

Foram os vários povoamentos e contactos de culturas, incluindo com sociedades de caçadores-colectores preexistentes, e todas as migrações e movimentações de gente até aos tempos modernos, que deram origem não só aos actuais povos macua e lómuè como a todos os outros do norte de Moçambique, macondes, muanes (mwani), cotis (akoti), ajaua (ayao), nianjas (anyanja), angones (angoni), chuabos (Xuwabo), etc.

Durante os últimos cem anos registou-se uma forte expansão populacional de falantes *emakhuwa* para a faixa costeira de Cabo Delgado, vale do Rovuma e para as terras a norte do rio Lugenda, na província do Niassa.<sup>18</sup> Esta expansão foi motivada, (i) pelo fim do tráfico de escravos; (ii) por dois tipos diferentes de administração colonial entre 1894 e 1929, o distrito de Moçambique (actual província de Nampula), da responsabilidade directa do governo português e nos territórios das actuais províncias do Niassa e de Cabo Delgado da responsabilidade da Companhia (Majestática) do Nyassa; (iii) por um rápido crescimento demográfico; (iv) pela procura de novas terras de cultivo, já que as companhias coloniais se foram assenhorando progressivamente, desde os anos 30, dos melhores terrenos nas regiões orientais e centrais da Macuana, da alta Zambézia e do sul de Cabo Delgado.

Duas importantes comunidades de falantes *emakhuwa* e *elómwè* de origem moçambicana vivem hoje na Tanzânia (macua) e no Malawi (lómuè), devido a uma antiga emigração que teve uma particular incidência no último quartel do século XIX e primeiros decénios do nosso século. A análise destas emigrações sai fora do campo de estudo do presente texto; avancemos contudo que o último e mais importante destes fluxos migratórios esteve relacionado com a conquista e ocupação coloniais e com os diferentes sistemas de exploração capitalista de aquém e além fronteiras. António Rita-Ferreira<sup>19</sup> escreve que o

---

<sup>16</sup> Sobre a expansão e reinos maraves há uma vasta literatura. Destaco: NEWITT, 1982; RITA-FERREIRA, 1966.

<sup>17</sup> MEDEIROS, 1995; MEDEIROS, 1997. Para a história da imigração e da actuação dos grupos angoni no norte de Moçambique poderá consultar: RITA-FERREIRA, 1982; PÉLISSIER, 1984, Vol. I. Para o estudo mais aprofundado deste e outros povos da região do lago ver: TEW, 1950, p. 1-50; ALBERTO, 1967/68, p. 47-93; LINDEN, 1972, p. 237-251; NURSE, 1973, p. 7-14; PACHAI, 1972, p. 179-214. RANGELEY, 1966, p. 62-86; READ, 1956; MATOS, 1965, p.66-68.

<sup>18</sup> Sobre o povoamento das terras a norte do Alto Lúrio no dobrar do século, ver: IVALA, 1993; LIESEGANG, não publicado.

<sup>19</sup> Em 1921, 1931 e 1945 o número de lómuès recenseados no Malawi foi respectivamente de 120.000, 130.000 e 380.000 pessoas: Rita-Ferreira, 1975, p. 208). Sobre o Povo macua (Makhuwa) da Tanzânia, existe uma

grande êxodo dos lómuès em direcção ao Malawi teve lugar entre 1897 e 1907, quando a vasta região que habitavam foi definitivamente ocupada pelas forças portuguesas.

Numa perspectiva histórica e antropológica não existem estudos aprofundados sobre a formação dos diferentes grupos tribais de língua(s) *emakhuwa* e *elómwè*, originários ou não de um mesmo tronco comum; não existem tão-pouco estudos arqueológicos e linguísticos sobre esse eventual tronco; e só recentemente se começou a estudar a formação, nesta última centúria, de uma área cultural relativamente homogénea, dividida em duas subáreas com características próprias, fruto da colonização moderna e da acção missionária.<sup>20</sup>

## II

Quando se advoga que os macuas e lómuès actuais são os representantes **directos** (sublinhado meu, E.M.) de antigas comunidades de cultivadores de língua *emakhuwa* e *elmówè* nesta região da Africa Austral (ADAMOWICZ, 1987), passa-se em silêncio toda a problemática do primitivo povoamento por povos de línguas bantu da Idade do Ferro Inferior (IFI), da ocupação do território por povos de línguas bantu da Idade do ferro Superior (IFS), do contacto de culturas, da miscegenação, e do isolamento de comunidades devido às guerras e às razias para a caça ao homem a fim de escravizá-lo.

Surgiram então formulações deste tipo: “entre os anos 800 e 1000 d. C. acentuou-se a separação dos principais grupos proto-macuas (sic!): o do norte e leste deram origem aos macuas modernos; o do sul e oeste deram origem aos lómuès e aos lolos” (RITA-FERREIRA, 1975, p. 205). Ora nenhuma documentação arqueológica permite uma afirmação deste tipo e estes epónimos só poderão ser usados para essas épocas remotas como locativos, não como designações de etnias. O mesmo se passa com esta outra acepção: "alguma evidência arqueológica sugere que os macuas se espalharam para a região norte de Moçambique (provenientes) da Tanzânia central e do Malawi e/ou do leste da Zâmbia ao redor do ano 1000 d.C. onde assimilaram os agricultores bantu da IFI e grupos de caçadores-recolectores da área (indo absorver no litoral Índico) elementos das culturas árabe e swahíli" (ADAMOWICZ, 1987, p. 78), o que significaria a existência de macuas antes da formação da etnia em Moçambique! Ora, de acordo com esta lógica, se tivessem chegado grupos já com etnicidades

---

bibliografia numerosa. Para além da obra de Alpers (1975), referenciamos aqui algumas das mais conhecidas: HARRIES, 1942b; HARRIES, 1942a; HARRIES, 1941; SCRIVENOR, 1937; WHITELEY, 1954; WOODWARD, 1935. Sobre os lómuè do Malawi e as imigrações que para aí os conduziram são de referir, entre outros, os estudos de: BAKER, 1961; CHAFULUMIRA, 1956; PRICE, 1952.

<sup>20</sup> Sobre a etnicidade macua, ver, entre outros, os trabalhos de Medeiros e de Christian Geffray (2000).

próprias, pelo menos alguns deles teriam deixado traços culturais pelo caminho, facilmente identificáveis; infelizmente, nada, até hoje, nos demonstra mais daquilo que vai para além do que é comum aos grupos de línguas bantu no seu todo, e no caso do norte de Moçambique, o que é comum à grande área matrilinear entre o rio Congo e o rio Zambeze.

Manuel Simões Alberto (1947, p. 22) vai ainda mais longe nesta ideia de considerar os macuas como uma etnia vinda do passado quando afirma que os "macuas" são o grupo mais antigo desta parte da África Austral, "acrescentada a particularidade de serem os que menos alterações têm sofrido e terem ocupado sempre a mesma situação geográfica desde o seu remotíssimo estabelecimento na área que ocupam".

Mesmo admitindo como certo que tenha havido um núcleo central comum de onde terão nascido os actuais macuas e lómuès não se pode afirmar com rigor científico, ao contrário do que tem vindo a ser feito, que já se designavam ou eram designados *macuas* e *lómuès* ou outros etnónimos conhecidos hoje, porquanto todos estes nomes só muito recentemente passaram a designar um conjunto de populações com línguas e organização socio-familiar afins, resultante de uma longa história local, para a qual contribuíram movimentos sucessivos de populações diversas, contactos de culturas muito diferentes, e transformações geopolíticas de envergadura vária (MEDEIROS, 1977; MEDEIROS, s/d; MEDEIROS, 1980; MEDEIROS, 1993). As diferenças que se observam desde a ocupação colonial do fim do século XIX entre comunidades dispersas pelo vasto território setentrional resultaram historicamente do isolamento de certos agregados e do predomínio de determinadas linhagens de clãs diferentes. E foi porque tinham uma organização socio-familiar idêntica e que falavam idiomas aparentados e com frequência inter comunicáveis que passaram a ser designados por igual pelos estrangeiros: árabes, primeiro, europeus em seguida.

O mal entendido situa-se em torno da origem e significado dos etnónimos com os quais foram sendo designados os diversos povos do território e da ausência de uma perspectiva histórica que conduza à compreensão da formação de especificidades socio-culturais, incluindo linguísticas.

Ainda no último quartel do século XIX e primeiros decénios deste século, João de Azevedo Coutinho (1931, p. 38) fazendo eco das ideias da época em que escreveu sobre o norte de Moçambique diz que "*os makuas parecem ser a raça autochthona ou aborígena da própria região que habitam*", designando por este etnónimo vários grupos, dos quais destaca "*os medos, os makondes, os maviás e os lómués*" (grifo meu, EM). Esta maneira de



considerar "macuas" todos os povos do norte continuava a ser a mesma que fora utilizada por Frei João dos Santos (1891, Vol. I) no fim do século XVI, que nomeava indiferenciadamente "cafres macuas" os povos que viviam pelo sertão dentro para além do porto de Quelimane, da Ilha de Moçambique e das Ilhas Quirimbas, como diziam aliás os árabes e os islamizados que viviam na costa e no vale do Zambeze. Só à medida que o mercantilismo e o capitalismo moderno foram envolvendo num mesmo espaço indiferenciado de influências económicas e políticas coloniais populações distintas dos chamados maraves, povos conhecidos como diferentes desde o século XVI, cujo epónimo passou a ser usado desde o século XVII, e dos *mujaos* (ajaua) do século XVIII, é que o termo *macua* passou a designar um espaço linguístico mais preciso, particularmente no *hinterland* da Ilha de Moçambique, ou seja, parte conhecida naquela época da actual província de Nampula. Mas o termo ainda não era utilizado por aqueles a quem se destinava, nem o seria tão cedo. Ele servia apenas para designar os povos daquele sertão. E aquando da conquista colonial os portugueses tomaram o etnónimo *macua* para designar todas as unidades sociais clánicas e linhageiras do distrito de Moçambique (actual província de Nampula) sem qualquer pressuposto científico da etnicidade desses povos. Ainda em 1946, o Padre António Pires Prata escrevia o seguinte: "teremos que continuar a usar o (termo *macua*) (sublinhado meu, E.M.) para designar a maioria da população do Niassa<sup>21</sup>, *embora, com o sentido pejorativo que envolve não seja grato aos ouvidos indígenas* (grifo meu, EM)" (PIRES PRATA, 1946, p. 47-48).

As comunidades domésticas do território dessa "macualândia" eram nomeadas pelos vizinhos imediatos ou chamavam-se a elas próprias por epónimos de cariz geográfica ou geofísica relativa às regiões onde viviam. E quando algumas diferenças linguísticas e de "hábitos e costumes" foram notadas pelos portugueses o termo *macua* restringiu-se ainda mais surgindo no século XVII o epónimo *bororos* e, mais tarde, no século XIX, o de *lómues* para os povos da Zambézia, mais uma vez sem discernimento e mero rótulo de catálogo. Só no final do século XIX, aquando da ocupação colonial militar, é que os mais lúcidos colonizadores, como Coutinho, Amorim e Lupi se aperceberam que as populações que conquistavam tinham outros nomes e que o termo *macua*, e de uma maneira mais ignorada e hesitante o termo *lómue*, por isso a junção *macua-lómue*, remetia, quanto muito, para uma área cultural relativamente homogénea, com as suas variantes dialectais e costumeiras. O subsequente domínio e exploração coloniais *made in Portugal* anularam as fronteiras das

---

<sup>21</sup> Nome pelo qual era designada em 1946 o norte de Moçambique que englobava as actuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Nissa, com a capital na cidade de Nampula.

distintas entidades tribais e começaram lentamente a dar origem à formação de uma vaga consciência supra-tribal de ser-se idêntico entre o Ligonha e o Lúrio com prolongamentos para o Niassa e Cabo Delgado por causa das migrações de linhagens inteiras no dobrar do século, como referi. A peculiar actuação do capital-colonial na Zambézia até aos anos 40 fomentara o termo *lómuè*, termo de conotação regional que, por isso, passou a ser justaposto ao termo macua, para designar todos esses povos do Zambeze ao Messalo. Houve mesmo um autor que considerou deverem todos os macuas ser chamados *lómuès* por este epónimo ser de origem local e o termo macua de origem alógena (RAFAEL, 1955-1956).

Os substantivos *macua*, *lómuè*, *nguru*, *lolo*, *boror*, etc., só na segunda metade do século passado e neste século passaram a ser para os estrangeiros um referencial nominativo mais ou menos preciso e indicador de várias etnias dentro da área linguística dita macua. No passado, e mesmo hoje, porque de facto ainda não existe uma etnicidade macua nem uma etnicidade *lómuè*, e muito menos macua-*lómuè*, apenas se pode afirmar que, no extenso espaço geográfico do norte de Moçambique do Zambeze ao Rovuma e do oceano Índico aos Lagos, viveram (e morreram) muitas comunidades independentes com línguas e dialectos aparentados e com estruturas socio-familiares idênticas e que passaram a ser designadas em conjunto por uma mesma designação pelo mundo exterior. Aquelas etnias e etnicidades terão surgido em dados períodos como um produto de estruturação política e social do controlo da produção para o comércio de longa distância.

O reverendo António Pires Prata considera que o etnónimo macua (*makhuwa*) provém da palavra *nikhuwa* (plural, *makhuwa*) que significa "grande extensão de terra", "sertão", "selva", "deserto", etc. A palavra teve até ao século XX uma acepção pejorativa quando não mesmo injuriosa ou ofensiva, sendo utilizada pelos islamizados do litoral com o significado de "rude", "selvagem", "atrasado", "povo gritador e barulhento, mas sem valor" (MACHADO, 1970, p. 108-109). Por sua vez, o etnónimo *lómwè* tem origem no termo *nlomwe*, que é relativo às características geofísicas de um tipo especial de solo existente nas proximidades dos montes Namuli, na Alta Zambézia, ou mais simplesmente, a características geográficas designadas por um locativo particular (LEBOUILLE, 1974, p. 5); portanto, *lómuès* seriam todos os povos vivendo naquela região, qualquer que fosse a sua origem e língua. O vocábulo *nguru* (oficialmente abolido em 1945 no então protectorado da Niassalândia e hoje eliminado da terminologia etnográfica) era utilizado pelos wayao do Lugenda para designar as populações mais a sul, tanto yao como *lómuè*, ou *lómuè* e nianjas

vivendo juntos no mesmo território<sup>22</sup> e, no entanto, Gaspar Bocarro (1876, Parte 1), na viagem que fez de Tete a Quíloa em 1616, diz ter atravessado o país *nguru*, termo que deu *anguru*, na região banhada pelo rio Luambala, afluente do Lugenda, muito mais a norte, em pleno território dos ajaua.

Na realidade, todas as comunidades da região foram adquirindo localmente traços culturais específicos passando a ser designados pelos vizinhos por diferentes etnónimos dos quais a tradição oral e a documentação portuguesa fizeram algum eco (PIRES PRATA, 1946, p. 47-48); e foram tendo também uma evolução histórica diferenciada resultante da sua dispersão pelo vasto espaço geográfico com características ecológicas regionais particulares, onde, devido a causas internas e externas surgiram estruturações políticas e económicas específicas que deram origem a agrupamentos de cariz tribal. Gerhard Liesegang escreve, com a pertinência que lhe é costumeira, "que os grupos linguísticos não constituíam agrupamentos políticos" (LIESEGANG, não publicado); no período pré-colonial, acrescenta o mesmo autor, houve várias guerras entre Estados no interior destes grupos linguísticos, e as relações de tributação e de aliança ultrapassavam frequentemente as fronteiras linguísticas, como atesta o facto de um dos mais prestigiosos chefes *makhuwa-mmettho* da segunda metade do século XIX, o Mwalia, ter tido tributários *ayao*, isto é ajaua, e macuas não *mmettho*. Os angoni do Niassa e de Cabo Delgado também incorporaram muitas pessoas de etnias diferentes, dando origem, por exemplo, aos andondes, macondes ngunizados e islamizados (MEDEIROS, 1997). Há mesmo tradições que deixam inferir que alguns grupos tribais da zona mudaram de língua ou incorporaram muitos elementos de outras línguas; sabe-se, por exemplo, que muitos nianjas ocidentais foram incorporados pelos ajaua e que há *ayao* com origem em gente de língua *emakhuwa*, e isto devido ao prestígio e às vantagens de se ser reconhecido *yao* (singular de *wayao*) quando se fazia o comércio de longa distância (ALPERS, 1973). Muitos elementos culturais são comuns aos vários grupos do norte de Moçambique e, como tal, as diferenças linguísticas não são tão significativas no quotidiano das populações como foi muitas vezes imaginado na época colonial e pós-colonial. Foram muitas vezes as congregações religiosas que, num zelo exclusivista de missionaçãõ e de prestação de serviços face às congregações rivais, se puseram a traduzir textos bíblicos e catecismos nos falares

---

<sup>22</sup> Abdallah (1919, p. 35) engloba tanto os ametho como os lómuès nos lolos. Durão (1902, p. 9-11) escreve que os "anguros viviam na zona que O'Neill (1884, Part II, p. 726) tinha chamado Mihavani; diz ele que "para norte da cordilheira Marata e M'ruba estende-se o grande país dos anguros"; mas acrescenta, "entre anguros e alómuès não consegui distinguir a mínima diferença (...), e se se chamar anguro a toda esta região que se estende para o norte do Tacuane e leste da cordilheira Cherima e Comone não cometerei grande erro. Ver também: Wegher (1995-1997); Liesegang, não publicado.

locais tornando-os assim textos de referência para a formação duma visão etnocêntrica por parte dos fiéis.<sup>23</sup>

Das diferenciações históricas e especificidades regionais resultou um conjunto de subgrupos que tomaram designações locais e que “se foram subdividindo em numerosas tribos mais ou menos poderosas, perfeitamente independentes entre si, (...) distinguindo-se pela forma do penteado, pelo modo de limar os dentes e, principalmente, pelas tatuagens, quase sempre no peito e profundas, e às vezes conjuntamente na testa sob desenhos diversos, em que predominava o crescente” (COUTINHO, 1931, p. 38).

Os vários estudiosos desta área cultural têm vindo a classificar estes subgrupos, por vezes muito arbitrariamente, a partir de características dialectais e de um ou de outro traço cultural que muitas vezes não são significativos e que foram fixados durante a ocupação colonial moderna. Digamos que nem as diferenças pertinentes nem os modelos estruturais comuns têm sido cientificamente estudados. E tão pouco se tem estudado o impacto da colonização no sentido da uniformização destas áreas culturais. De modo que a questão da etnicidade macua e lómuè ou macua-lómuè, que está a ser construída no contexto político, económico e ideológico da História Moderna, não apenas da região, como de Moçambique e de Africa, só pode ser analisada após estudos aprofundados da História Local, História esta que esteve na origem da formação e morte dos vários grupos e subgrupos *macua* e advento moderno da(s) etnicidade(s) deste(s) povo(s).<sup>24</sup>

Adelino Ivala (1993) fazendo o balanço das tipologias mais recentes de carácter dialectal propostas até hoje, diz o seguinte: "para uns, as diferenças regionais não passam de variantes dialectais; para outros, que se guiam por um critério mais arbitrário, enquadraram-nos em subgrupos mais vastos, num âmbito regional. É o caso de Simões Alberto (1961, p. 51-68), baseando-se em autores precedentes, considera que o grupo Ma-Kua (Macua ou Emakua) se divide em cinco subgrupos, alguns pouco diferenciados: (i) subgrupo Macua-Litoral, com uma língua comum falada de Moma a Nacala, passando por Angoxe, Mogincual, Mossuril e Momba; (ii) subgrupo Macua-Macuana, agrupando os dialectos dos actuais distritos de Nampula, Meconta, Imala, Eráti e Mogovolas; (iii) o subgrupo Macua-Meto (ou Macua do Médio), as variantes idiomáticas de Montepuez, Eráti, Mecúfi, Mocímboa da Praia e

---

<sup>23</sup> Tenho em meu poder uma bela colecção destes textos, incluindo Biblias, que recensei em Notas para um ficheiro bibliográfico das línguas emakhuwa, elómwè e echuwabo de Moçambique (MEDEIROS 1990; MEDEIROS, 1986a).

Quissanga, com a variante Acherima, falada em Ribáuè e Malema; (iv) subgrupo Macua-Niassa, cuja língua é falada em Ribáuè, Malema, Cuamba, Maúa e Marrupa; (v) subgrupo Macua-lómuè, falado no Alto-Molócuè, Gurué, Ile, Lugela, Milange, Mocuba, Namacurra, Namarrói, Ribáuè e Murrupula.

No 1º Seminário Nacional dedicado à Padronização da Ortografia de Línguas Nacionais foi considerada a seguinte divisão linguística (NELIMO, 1989, p. 42): na província de Cabo Delgado encontram-se as variantes *emetto* e *esaaka*; na província do Niassa, as variantes *echirima*, *elómwè* e *emmetto*; na província de Nampula registam-se as seguintes variantes: *emakhuwa*, *enahara*, *esaaka*, *esangagi*, *emarevoni* e *elomwe*; na província da Zambézia, as variantes *emakhuwa*, *elomwe* e *emarevoni*.

Procurando sintetizar todas estas classificações, Ivala (1993) estabeleceu o quadro seguinte da área cultural e linguística dita macua:

<b>Grupos regionais</b>	<b>Idiomas ou dialectos</b>	<b>Localização (Distritos)</b>
Macua central	Emakhuwa	Ribáuè, Mecuburi, Muecate, Nampula, Murrupula, Mogovolas, Meconta e Monapo.
Meto	emetto	Marrupa, Quissanga, Montepuez e sul de Macomia.
Chirima	echirima	Metarica, Namuno, Lalaua, Ribéuè, Malema, Maúa, Nipepe, Cuamba, Mecubúri e Alto Ligonha.
Lómuè	elómwè	Cuamba, Mecanhelas, Maúa, Ribáuè, Lalaua, Gurué, sul de Alto Molócuè, Namarroi, Ile, Gilé, Lugela, Pebane, Maganja da Costa e Mocuba.
Eráti	eráti	Namapa-sede, Alua e Memba.

<sup>24</sup> Uma das graves lacunas dos trabalhos de Geffray (2000) é a não contextualização histórica dos povos do Eráti (IVALA, 1993).

Chaca	esaaka	Namapa, Nacaroa, memba, Mecúfi, Chiúre, Balama e Ocuá.
Marrevone	emarrevoni	orla marítima de Moma e Pebane.
Nampamela	enampamela	interior de Angoxe.
Mulai	emulai	interior de Angoxe.
Coti	ekoti	Ilhas e litoral de Angoche, e Postos Administrativos de Aúbe, Larde e Moma.
Sangage	esankadji	península de Sangage e litoral de Namaponda.
Mongicual	emuhikwari	faixa costeira de Mogincual.
Naharra	enahara	Memba, Nacala, Mossuril e Ilha de Moçambique.
Macua de Cabo Delgado	emakhuwa de C.D.	Mecúfi, Pemba, Quissanga e Macomia.
Muani	kimwani	orla litoral de Macomia e Ilha do Ibo.
Macua do Rovuma	emakhuwa do R.	enclave no vale do Rovuma em Mueda.

Para além das variantes idiomáticas apresentadas no quadro há comunidades como os *Anaphuku* de Namapa que falam o *enaphuku*, e os *Asinamuuwa* que falam o *enamuuwa*. Também o grupo lómuè comporta várias subdivisões na Zambézia que só um trabalho de campo apropriado poderá identificar (IVALA, 1993, p. 9-10).

Entre grupos vizinhos não existem fronteiras bem definidas; por isso, não é correcto afirmar-se que dois distritos limítrofes têm subgrupos muito diferenciados. Por outro lado, devido à mobilidade nos últimos cinquenta anos da população, encontra-se em quase todo este território núcleos das diferentes variantes dialectais. É justamente este fenómeno que tem conduzido para a uniformização linguística.

Esta divisão, ou qualquer outra que se lhe assemelhe, tem como únicos critérios os dados linguísticos conhecidos que são muito precários; ela não define grupos sociais, os quais,

como referi, podem ser semelhantes ou bem diferentes independentemente da variante idiomática falada. De qualquer forma é o conjunto de todos eles que aparece sob a designação genérica de macua-lómuè actual.

É necessário referir ainda que dentro desta grande área cultural se encontram também alguns pequenos grupos etnolingüísticos exógenos bem distintos dos actuais macua-lómuè; pois embora tenham vindo a adquirir traços destes últimos conservam muitos dos seus traços culturais que os distinguem daqueles. É o caso, entre outros, dos *maraves*, incrustados a oeste do distrito de Namapa, nos postos administrativos de Mirrote e Muite (MELO BRANQUINHO, 1969, p. 353). É também o caso dos *maganja* e dos *mwaniga* na Maganja da Costa e em Pebane; dos *macololos (makololo)*, na Morrumbala, e dos *ajaua*, ao longo das antigas rotas do sertão, em Namuno e alto Messalo, onde a sua presença esteve relacionada com movimentações populacionais verificadas nos séculos XVIII e XIX e com o comércio do marfim e o tráfico de escravos; estes *ajaua* constituíram-se apenas em pequenas comunidades sem importantes chefias territoriais, estando mais ou menos “macuanizados”, como, por exemplo, os *namakhoma*, no monte Mitukwè, em Cuamba. O mesmo se passou com pequenas comunidades *angoni* na região do Messalo, em Cabo Delgado e no alto Lúrio (MEDEIROS, 1997).

### III

Durante os séculos iniciais dos contactos com os árabes prémuçulmanos e com os árabes e arabizados islâmicos e subsequente “suahilização” no litoral africano foi-se acentuando a diferenciação socio-religiosa entre as populações da faixa costeira, agora chamadas *macas* pelos povos do interior, e as populações do sertão designadas genericamente desde então *macuas* no sentido que referi mais acima de bárbaros e selvagens. Segundo Mello Machado (1970, p. 108), "ao longo do litoral os negros maometanos não se confessavam *macuas*, por causa daquela significação, dizendo-se de *macas*, que é uma designação estritamente religiosa". O termo *maca* passou a designar a gente Naharra, isto é, da faixa costeira, ou a gente de Alá (Nahala), ou a gente de Meca, que vive no litoral. O vocábulo surgiu com este sentido ou por extensão do campo semântico da palavra indígena *maka*, que significa sal, ou por deturpação do topónimo Meca. Maca passou a significar a terra do sal e a gente (muçulmana) da terra do sal.

Até ao segundo quartel do século XVIII, a principal actividade económica estrangeira no norte de Moçambique foi o comércio do marfim, controlado nos séculos XVII e XVIII pelo capital mercantil indiano. Mas este giro das trocas internacionais foi combinado com frequência com o tráfico de escravos para a Arábia e países islamizados da Índia, Ceilão, Ungaziza (nome que se dava a Madagascar) e Comores (MELO BRANQUINHO, 1969, p. 353), e com outros produtos da região. Foi sempre assim até aos tempos modernos, só que a ordem das prioridades mercantis e depois capitalistas se foi alterando ao longo das sucessivas épocas económicas impostas pelas diferentes etapas da acumulação do capital, a saber: marfim/escravos/produtos vários<sup>25</sup> - escravos/marfim/produtos vários - produtos vários/marfim/força de trabalho - força de trabalho/produtos vários (principalmente da agricultura de rendimento). A cada um destes ciclos de pilhagem correspondeu uma específica organização produtiva e social das comunidades agrícolas e uma geografia política dos territórios tribais, inclusivamente sob dominação colonial directa.

O comércio de marfim, de escravos e de outros produtos contribuiu certamente tanto para a diferenciação entre *macas* e *macuas* como para as primeiras diferenciações operadas no seio mesmo das próprias comunidades do interior. Infelizmente, nada se sabe do impacto provocado pelo tráfico de escravos dessas épocas recuadas; já as consequências da produção e do comércio sistemáticas do marfim são melhores conhecidas. A caça ao elefante e a exportação das pontas de marfim deram origem, directa ou indirectamente, à formação de chefaturas e de pequenos reinos<sup>26</sup> nas regiões de maior actividade cinegética e ao longo das rotas do comércio do sertão. De facto, nesta fase de aquisição de bens para o mercado sem armas de fogo, ou com canhangulos rudimentares, as caçadas pressupunham uma organização política centralizada do conjunto de várias linhagens vivendo num dado território e de caçadores especializados que garantissem ao mesmo tempo a defesa dos territórios cinegéticos. A produção de marfim para o mercado internacional exigia uma organização produtiva e política supralinhageira das caçadas com formas específicas de ajuda e de cooperação. Também o comércio de longa distância exigia a subordinação - pelo parentesco e pela relação cativo-senhor dos comerciantes caravaneiros e carregadores. Mais ainda: tudo isto implicava o relacionamento tenso entre chefaturas de caça e chefaturas que controlavam as rotas do comércio, pois estas últimas não só garantiam a circulação dos produtos trocados

---

<sup>25</sup> No ítem de produtos vários incluímos, por ordem de importância e cronológica, cera, metais vários, ambar, maná, peles, madeiras, urzela, borracha, e a produção agrícola de gergelim, récino, amendoim, algodão, caju, etc.



mas mantinham também vivas as subordinações sociais e políticas dos caçadores, dos comerciantes e dos carregadores. O grupo social dominante numa chefatura e num pequeno reino só o era porque na chefatura ou reino vizinhos havia o seu equivalente, que, para além da guerra que por vezes se faziam, eram aliados na dominação dos dependentes. Isto foi sobretudo claro e dominante durante a “produção” e comércio de escravos.<sup>27</sup>

Várias regiões de maior actividade produtiva e mercantil de marfim podem ser assinaladas para os períodos anteriores ao século XVII: (i) os territórios entre o rio Luangua e o Baixo Zambeze, onde se notabilizaram no negócio os maraves, árabes e no século XVII portugueses; (ii) a chamada “macuana” (isto é, a terra dos macuas) que compreendia *ohinterland* da Ilha de Moçambique e terras de caça adjacentes do Lúrio, a norte, e do Ligonha, a sul, zonas de produção de marfim e de passagem obrigatória das caravanas provenientes do Niassa e do Chire, respectivamente; (iii) e o território ajaua a nordeste da actual província do Niassa, centro de irradiação de um próspero comércio regional e à distância, sucessivamente para Quíloa, Ibo e Mossuril.

O comércio do Luangua e do Chire fez-se até ao século XVII pelo Zambeze e por Angoche. Quando os portugueses tentaram dominar esse comércio no Vale, na ponta final do século XVI, os nianjas de aquém e de além Chire lançaram os seus guerreiros em direcção a Quelimane, entreposto que contornaram para avançar pela rota do Mossuril e continuar para mais longe ainda, até atingir Quíloa, na actual Tanzania, numa progressão inversa à dos comerciantes árabes e swahili. A razia dos zimbabueiros,<sup>28</sup> nome pelo qual ficaram conhecidos estes guerreiros maraves, reabriu a rota Chire-Mossuril favorável especialmente aos Lundu, que, para melhor a controlarem, instalaram notáveis do clã Phiri<sup>29</sup> à frente de alguns pequenos reinos que rapidamente se “macuanizaram” (à excepção do Maurussa), situado no centro da “macuana”, na latitude da Ilha de Moçambique, reino que manteve a sua autonomia durante muito tempo (RITA-FERREIRA, 1989, p. 344).

---

<sup>26</sup> Por mera questão de exposição deste texto utilizamos o conceito de chefatura para a organização política descentralizada dos macuas e o conceito de reino para as unidades políticas mais ou menos centralizadas dependentes dos reinos Karonga e Lundu dos maraves.

<sup>27</sup> Prefiro a palavra “produção” do que a palavra “captura” de escravos, porque não havia, à priori, escravos para capturar, mas sim pessoas livres ou cativas da linhagem para transformar violentamente em escravos pela captura e dessocialização.

<sup>28</sup> Os Zimbabueiros assolaram em sucessivos ataques o reino do Mwenemutapa entre 1585 e 1589, chegaram a Tete por volta de 1592, tendo sido morto o capitão da Vila e o capitão de Sena mais 130 homens, e em 1593 atacaram Sena.

<sup>29</sup> O ph não é aqui o equivalente português de f, deve ler-se piri com uma aspiração antes do 1º i.

Tornou-se assim possível o funcionamento pacífico da rota comercial do Zambeze/Chire ao Mossuril e aos estabelecimentos afro-islâmicos, incluindo o sultanato de Angoche. Além do ouro do planalto Caranga (ou Karanga), as trocas visavam o marfim, os escravos, os tecidos de algodão do reino Lundu, contra armas de fogo e pólvora.

No final do século XVII, devido a causas ainda pouco claras, declinou a rota do marfim do Chire-Mossuril controlada pelos cheua-nianjas. Uma outra foi então aberta pelos ajaua do Niassa que reorientaram as suas actividades comerciais do marfim e depois de escravos para Matibane<sup>30</sup>, deixando de frequentar com toda assiduidade o litoral tanzaniano e de Cabo Delgado recém ocupado pelos árabes omanitas. Esta nova rota, que tinha origem além Chire e que passava pelo alto Lúrio, Niassa, Mêto e Ocua no sul de Cabo Delgado, dirigindo-se para o litoral da macuana passou a estar defendida por cadeia de chefaturas aliadas, na origem das quais não é estranha, no século XIX, a influência marave e ajua (MEDEIROS, 1985; MEDEIROS, 1986b).

Foi a guerra dos zimbabueiros e o subsequente controlo do vale do Zambeze que obrigaram os povos da região a refugiarem-se nas terras altas da actual província da Zambézia. Mas nos séculos XVIII e XIX, sucessivos grupos formados por algumas linhagens irradiaram das cercanias dos montes Namuli e foram repovoando as terras da Zambézia, de Nampula, do sul do Niassa e do sul de Cabo Delgado. Os vales do Lúrio e do Ligonha foram as principais vias deste repovoamento. Os que ficaram no Lómuè passaram a ser designados pelo nome atribuído à região (FILLIOT, 1985) por aqueles que partiram, os quais foram tomando ou designados por epónimos relativos a características geográficas e geofísicas das terras onde se iam fixando.

A crescente procura de escravos a partir do segundo quartel do século XVIII transformou os caçadores de elefantes em predadores de homens e os relativamente pacíficos chefados do comércio em chefaturas de guerra para a defesa e para a captura de gente.

As constantes razias e rapinas para a captura de pessoas e a necessidade de garantir a condução dos capturados até aos mercados negreiros da costa levaram à formação de cadeias de alianças entre chefaturas orientadas no sentido poente-nascente, perpendicular ao mar e, de um modo mais significativo, durante a segunda metade do século XVIII e todo o século XIX,

---

<sup>30</sup> Matibane significa nos dialectos dos islamizados da Costa, terra feitoral, e estendia-se desde a foz do rio Lúrio até a foz do rio Monapo (MELO BRANQUINHO, 1969, p. 123).

ao aparecimento de entidades tribais próprias que justificavam, a seu modo, a captura de estranhos a elas, designados para isso e desde logo, de inimigos e "bárbaros".

Foi este dramático processo fomentado pelo tráfico que originou o aparecimento de um número elevado de regionalismos e designações tribais. A ocupação colonial do final do século XIX na sua dinâmica de conquista militar e de exploração económica fixou na letra dos decretos e nas cartas étnicas os pedaços decompostos de um corpo social dilacerado pelos imperativos da acumulação do capital à escala mundial. Mais tarde, as palavras de ordem do progresso do nacionalismo moçambicano contra o regionalismo e contra o tribalismo ultrapassavam por isso, e muito, a simples necessidade nacional, elas traziam em si a terapia de males antigos e a sublimação de clivagens profundas entre senhores e escravos. Só que a formação e reprodução de grupo classista traz em si a construção do outro. E como pelo passado, *hélas*, a classe dominante *da tribo* só o é quando aliada às classes dominantes de outras *tribos* para a construção desses outros, e isto, independentemente das guerras.

Assim, o aparecimento de novos espaços sub-étnicos resultou da cristalização num dado território de actividades económicas e de uma organização política peculiares em torno de um (ou mais raramente de dois) clã(s) dominantes e de uma chefatura farol à volta da qual gravitavam as outras relacionadas entre si por liames de parentesco, de alianças ou de subordinações estruturadas e definidas pela "escravatura doméstica".

É sobejamente conhecida a história dos prazos do Vale. Recordemos aqui apenas alguns aspectos relativos à problemática deste texto: os prazeiros assentaram a sua força (militar) nas ensacas de chicundas, cativos-guerreiros provenientes das várias comunidades africanas da região, mais particularmente no início, de guerreiros chonas e maraves. Os cativos-guerreiros dessocializados que foram das suas comunidades linhageiras formavam o grosso de todos os exércitos do Vale até à ocupação colonial capitalista do fim do século XIX. As ensacas de chicundas constituíam mesmo antes da sua especialização para a caça, para a guerra e para o comércio, o espaço sociológico privilegiado de acolhimento de todos aqueles que eram arrancados ou escapavam pela fuga ou pela expulsão à malha apertada da organização linhageira. Foi esta dessocialização seguida de uma nova organização social nos prazos que deu aos diferentes grupos de chicundas a disponibilidade e a mobilidade suficientes que constituíam a força dos Prazos da Zambézia. E, quando alguns desses grupos se reestruturaram na segunda metade do século XIX em entidades étnicas ou unidades políticas autónomas, como no Zumbo e na Maganja da Costa, o espaço político que lhes foi acordado

pelo colonialismo moderno foi de pouca duração; o exemplo mais notável foi a República Militar da Maganja, fundada em 1862 e destruída em 1898 (CAPELA, 1990). Dessas e de outras destruições nasceram entidades étno-tribais que foram integradas nas estruturas dos povos da zona (ISAACMAN; ROSENTHAL, 1984). Por outro lado, o comércio e as guerras dos prazeiros e chicundas deram origem, sobretudo a partir de meados do século XVIII, com o tráfico de escravos, à formação de novas entidades étnicas e sub-étnicas com dialectos e traços culturais próprios. Os nhungués, senas e minorias com estes relacionados (podzos, gorongosas e cheringomas) nasceram do caldeamento de elementos culturais e linguísticos heterogêneos, tanto de povos matrilineares como de povos patrilineares integrados nas sociedades dos Prazos. Os próprios chuabos são, na Baixa Zambézia, particularmente no distrito de Quelimane, a resultante deste caldeamento, no qual também participaram árabes, swahíli, portugueses, indianos e gente das mais variedades procedências cujas línguas transformaram a pré-existente (DESMAROUX, 1895, p. 114).

#### IV

Em guisa de conclusão importa registar o seguinte: no território que é hoje Moçambique foram existindo ao longo da história do seu povoamento áreas culturais particulares que, nalguns casos e momentos, deram origem a entidades étnicas e sub-étnicas e a comunidades políticas mais ou menos homogêneas que se foram transformando, todas elas, ao sabor das migrações e de outros eventos locais e regionais. Aquando da conquista colonial no fim do século passado, o processo de formação dessas entidades foi interrompido, tendo sido igualmente destruídas todas as formas de organização política territorial e tendo sido também divididos os territórios de alguns povos pelos traçados de fronteiras coloniais. Durante o domínio subsequente a administração colonial fixou de algum modo múltiplas áreas linguísticas, mas sem se tornar possível o desenvolvimento e a afirmação de entidades culturais próprias. As várias partes foram reduzidas a uma só: o colonizado. No processo da luta pela independência do território colonial, procuraram os nacionalistas, numa perspectiva estadista, criar um Estado e uma Nação, tendo sido estes dois termos indissociáveis e vistos na época como entidades sacralizadas, numa cidadania jurídica comum. Ao se afirmar o direito jurídico sobre o território foi também fixado um direito moral sobre uma comunidade cultural que se pretendeu também ela, única. Mas por causa da própria dinâmica da luta pela Independência e das transformações socio-económicas havidas, entretanto, a auto afirmação

de diferentes áreas culturais e linguísticas dentro do Estado começou a dar origem a uma consciencialização de carácter étnico e a uma etnicidade empenhada na preservação da sua pureza cultural. As políticas seguidas conduziram, de facto, à etnização do Estado. É desta à ideia da multinacionalidade e à etno-nação vai um passo.

### **Referências Bibliográficas**

ABDALLAH, Yohanna. B. **The Yaos** (Chiikala cha Wayao). (Arranged, edited, and translated by Meredith Sanderson). Zomba: Government Printer, 1919 (2nd ed., London: Cass, 1973).

ADAMOWICZ, Leonardo. Projecto 'Cipriana', 1981-1985: Contribuição para o conhecimento da arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. 3, 1987, p. 47-144.

ALBERTO, Manuel Simões. Os angonis - elementos para uma monografia. In: **Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique**. 9, série C, 1967/68, p. 47-93.

ALBERTO, Manuel Simões. Sinopse das línguas e dialectos falados pelos autóctones de Moçambique. **Boletim do Instituto de Investigação Científica de Moçambique**. 2/1, 1961, p. 51-68.

ALBERTO, Manuel Simões. **Os negros de Moçambique**: Censo etnográfico. Lourenço Marques, 1947 (AHM - Dactilografado).

ALPERS, Edward A. Flight to Freedom: Escape from Slavery among Bonded Africans in the Indian Ocean World, c. 1750-1962. **Slavery and Abolition**. 24, 2003, p. 51-68

ALPERS, Edward A. The African Diaspora in the Indian Ocean: a comparative perspective. In: Shihan de Silva Jayasuriya and Richard Pankhurst (eds.). **The African Diaspora in the Indian Ocean**. New Jersey: Africa World Press, 2003b, p. 19-50.

ALPERS, Edward A. Recollecting Africa: Diasporic memory in the Indian Ocean world. **African Studies Review**. 43, 2000, p. 83-99.

ALPERS, Edward A. The Impact of the Slave Trade on East Central Africa in the Nineteenth Century. In: Joseph E. Inikori, (ed.). **Forced Migration: The Impact of the Export Slave**

Trade on African Societies. London: Hutchinson University Library for Africa, 1982, 242–273.

ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves in East Central Africa: Changing Patterns of Internal Trade to the Late Nineteenth Century*. London: Heinemann, 1975.

ALPERS, Edward A. Introduction. In: ABDALLAH, Yohanna. B. *The Yaos* (Chiikala cha Wayao). (Arranged, edited, and translated by Meredith Sanderson). London: Cass, 1973, 2nd ed.

ALPERS, Edward A. The French Slave Trade in Eastern Africa, 1721-1810. *Cahiers d'Études Africaines*. 10, 1970, p. 80-124.

BAKER, C. A. A note on the Nguru immigration to Nyasaland. *The Nyasaland Journal* (Blantyre). 14, 1961, p. 41-42.

BEACHEY, R. W. *The Slave Trade of Eastern Africa*. London: Rex Collings, 1976.

BEATON, Patrick. *Creoles and Coolies; or, Five Years in Mauritius*. Port Washington and London: Kennikat Press, 1971, 2nd ed. (1st ed. 1859).

BENOIT, Caetan. The Afro-Mauritius-Ar Essay. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26th February-2nd March 1985.

BOCARRO, Gaspar. *Década 13 da História da Índia* (R. J. Lima Felner, ed.). Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Liasoa, 1876 (Parte 1).

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique (1733-1904)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002 (1ª edição).

CAPELA, José. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

CAPELA, José. *O Escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

CAPELA, José. *A República Militar da Maganja da Costa*. Porto: Afrontamento, 1990.

CAPELA, José. O problema da escravatura nas colónias portuguesas. In: Luís de Albuquerque (org.) **Portugal no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, vol. 6, p. 51-63.

CAPELA, José. O tráfico de escravos nas relações Moçambique-Brasil. **História: Questões e Debates** (Curitiba). 9, 1988, p. 187-192.

CAPELA, José. Mentalidade escravista em Moçambique, 1837-1900. **Cadernos de História**-Maputo. 2, 1985, p. 25-35.

CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842**. Porto: Edições Afrontamento, 1979 (1ª edição).

CAPELA, José; MEDEIROS, Eduardo. **O tráfico de escravos para as Ilhas do Índico, 1720-1902**. Maputo: INLD / UEM, 1988.

CHAFULUMIRA, E. W. **Mbiri ya Alomwe**. Zomba, Education Department, 1949, 3 (27) 1956, p. 244-246.

CLARENCE-SMITH, William G. **The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century**. London: Frank Cass, 1989.

COUTINHO, João de Azevedo. **Do Nyassa A Pemba** (Os territórios da Companhia do Nyassa). Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1931.

DESMAROUX, Pe. Félix. Relatório da Missão dos Santos Anjos de Quelimane. In: HIMERIA, Bispo de. (org). **Padroado de Portugal em África** - Relatório da Prelazia de Moçambique. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 114-116.

DUFFY, James. **A Question of Slavery, Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest, 1850-1920**. Oxford: Clarendon Press, 1967.

DURÃO, Portugal. Reconhecimento e ocupação dos territórios entre o Messangire e os picos Namuli. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**. 20/7, 1902, p. 9 - 11.

FILLIOT, Jean-Michel. (Coord.) **Histoire des Seychelles**. Victoria: Ministère de l'Education et de l'Information, 1982.

FILLIOT, Jean-Michel. **La traite vers l'Île de France- Les contraintes maritimes**. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26th February-2nd March 1985.

FROBERVILLE, Eugène de. Notes sur les moeurs, coutumes et traditions des amakoua, sur le commerce et la traite des esclaves dans l'Afrique orientale. **Bulletin de la Société de Géographie**, 3e Série, 8, 1847, p. 311-329.

FROBERVILLE, Eugène de. Notes sur les Va-Ngindo, et tribus nègres bégayeurs au nord de la cafferie. **Bulletin de la Société de Géographie**. 4e Série, 3, 1852, p. 425-443 e p. 517-519.

GEFFRAY, Christian. **Nem pai nem mãe: crítica do parentesco: o caso macua**. Lisboa: Ndjira, 2000.

GUEUNIER, Noël - **Contes de lacôte ouest de Madagascar**. Antananarivo et Paris: Karthala, s/d.

GUEUNIER, Noel. Documents sur la langue makhuwa à Madagascar et aux Comores (fin XIXe - début XXe siècles). **Études Océan Indien**. 35-36, 2003-2004, pp. 149-223.

GUEUNIER, Noël. Les poèmes de Maulidi Manganja: Poèmes swahili recueillis à Nosy-Bé. **Bulletin des Études africaines de l'Inalco**. 3/6, 1983, p. 7-76.

HAFKIN, Nancy J. Trade, Society and Politics in Northern Mozambique, 1753-1913. PhD dissertation, Boston University, 1973.

HARRIES, Lyndon. Makua song-riddles from the initiation rites. **African Studies** (Johannesburg). 1, 1942a, p. 27-46.

HARRIES, Lyndon. Some riddles of the Makua. **African Studies** (Johannesburg). 1, 1942b, p. 275-291.

HARRIES, Lyndon. Notes on the mythology of the Bantu in Ruvuma District. **Tanganyika Notes and Records**, 12, 1941, p. 38-44.

ISAACMAN, Allen; Barbara Isaacman, **Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920**. Portsmouth: Heinemann, 2004.



ISAACMAN, Allen; ROSENTHAL, Anton. War, slaves and economy - the later nineteenth century chikunda expansion in South-Central Africa. **Cultures et Développement**. 16, 1984, p. 639-670.

IVALA, Adelino Zacarias. **Transformações socio-políticas no Alto Lúrio - O caso do Regulado de Umpuhua, c.1850-1933**: Contribuição para a pesquisa de História Local. Maputo, ISP, 1993, Trabalho de Diploma para a obtenção do grau académico de licenciatura em ensino de História e Geografia.

LEBOUILLE, Padre Leonardo *A Etnia Macua em Moçambique*. Pemba: 1974. (Policopiado). Agradecemos a autorização que o autor nos deu para consultar as suas notas e para as citar.

LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa, c.1600-1920**. Estados, política e economia no período precolonial e a conquista colonial, com textos de E.M.Ngalambe, J.M.Chicoia e M.Nivaia em apêndice. Maputo. (Não publicado; agradecemos ao professor Liesegang que nos possibilitou e a autorização de citar o texto).

LINDEN, Ian. The maseko ngoni at Domwe, 1870-1900. In: PACHAI, B. (ed.). **The early history of Malawi**. Londres: Longman, 1972, p. 237-251.

LOPES BENTO, Carlos. A posição geopolítica e estratégia das ilhas Querimba - as fortificações de alguns dos seus portos de escala (Séculos XVI-XIX). **LEBA**. 7, 1992, p. 325-339.

LY-TIO-FANE PINCO, Huguette. Food production and plantation economy of Mauritius. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26th February-2nd March 1985.

LY-TIO-FANE PINCO, Huguette. Aperçu d'une immigration forcée: l'importation d'africains libérés aux Seychelles, 1840-1880. In: Institut d'Histoire des Pays d'Outre-Mer / Univ. de Provence. (ed.). **Minorités et gens de mer en Océan Indien, xix e xx siècles**. Sémanque: Institut d'Histoire des Pays d'Outre-Mer / Univ. de Provence, 1979, p. 73-84.

MACHADO, J. Mello. **Entre os Macuas de Angoche - Historiando Moçambique**. Lisboa: Prelo Editora, 1970.

MATOS, Maria Leonor Correia de. Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique. In: **Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique**. Série C, 7, 1965, p. 66-68.

MEDEIROS, Eduardo. **As formações sociais moçambicanas entre os rios Zambeze e Rovuma desde a origem do povoamento até à introdução capitalista em meados do século XIX**. Maputo: UEM / Faculdade de Educação, s/d, (Série: Textos de Apoio à Faculdade de Educação).

MEDEIROS, Eduardo. The Mozambiqueanisation of Slaves Embarking at Mozambiquean Ports. *Portuguese Studies Review*. 17, 2009, p. 119-131.

MEDEIROS, Eduardo. **História de Cabo Delgado e do Niassa, c. 1836-1929**. Maputo: Central Impressora, 1997.

MEDEIROS, Eduardo. **Os Angoni do Niassa e de Cabo Delgado, c. 1848-1915**. Maputo: UP-FCS, 1995.

MEDEIROS, Eduardo. **Movimentos Migratórios, reestruturações políticas e formação de entidades étnicas**. Maputo, 1993 (não publicado).

MEDEIROS, Eduardo. Notas complementares para uma bibliografia das línguas emakhuwa, elómwè e seus dialectos. **Oficina de Antropologia**. Maputo: ISP, 1990.

MEDEIROS, Eduardo. **As etapas da escravatura no norte de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.

MEDEIROS, Eduardo. Notas para um ficheiro bibliográfico das línguas emakhuwa, elómwè e echuwabo de Moçambique. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. 4/5, 1986a, pp. 331-353.

MEDEIROS, Eduardo. A chefatura dos Megama do Chiúre: contexto económico e político da sua instalação. **Cadernos de História**. 4, 1986b, p. 21-27.

MEDEIROS, Eduardo. **Notas prévias sobre a história do sul de Cabo Delgado anterior a formação dos grandes chefados Ekoni**: UEM/DAA, 1º Relatório sobre as chefaturas Makhuwa-Meto do sul de Cabo Delgado, Maputo, 1985.

MEDEIROS, Eduardo. **O povoamento do Norte de Moçambique pelos Macua-Lómwè.** UEM/FL: Curso de Ciências de Educação, 1980.

MEDEIROS, Eduardo. **A formação social macua-lómuè.** UEM/Fl: 1977 (Texto para debate).

MELO BRANQUINHO, José Alberto Gomes de. **Prospecção das forças tradicionais - Distrito de Moçambique.** Lourenço Marques, 1969, p. 353, mimeo.

Moçambique-Ministério da Educação. **Atlas Geográfico.** Maputo: Ministério da Educação, 1986. Vol. I, 2ª edição.

MOLET, Luc - Presence d'éléments makoa à Sainte-Marie de Madagascar. **Bulletin de l'Académie Malgache.** n° 53, XXX, 1951, p. 29-31.

MOLET, Luc. Quelques contes Mokoia e Antaimoro. **Bulletin de l'Academie Malgaxe.** 33, 1955, p. 29-31.

MOUTOU, Benjamin. Tares et sequelles de l'esclavage a l'Ile Maurice et a l'Ile Rodrigues. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26th February-2nd March 1985.

NELIMO (Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane). **I Seminário Nacional para a padronização da ortografia das línguas nacionais.** Maputo: INDE, UEM-NELIMO, 1989.

NEWITT, Malyn D. D. **A History of Mozambique.** London: Hurst & Company, 1995.

NEWITT, Malyn D. D. The early history of the maravi. **Journal of African History.** 23, 1982, p. 145-162.

NUCLEO DE ESTUDO DE LINGUAS MOZAMBICANAS (*NELIMO*), Faculade de Letra, Universidade Eduardo Mondalane. **Iº Seminário para a padronização da ortografia de línguas nacionais.** Maputo: INDE/UEM, 1989.

NURSE, G. T. The people of Bororo: a lexicostatistical enquiry. In: PACHAI, B. (ed.). **The Early History of Malawi.** Londres: Longman, 1975, p. 123-135.

NURSE. G. T. Ndwandwe and the ngoni. **The Society of Malawi Journal.** 26, 1973, p. 7-14.

O'NEILL, Henry E. *Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba*. **Proceedings of the Royal Geographical Society**. 6, 1884, Part II, p. 713-741.

PACHAI, B. Ngoni politics and diplomacy in Malawi, 1848-1904. In: PACHAI, B. (ed.). **The early history of Malawi**. Londres: Longman, 1972, p. 179-214.

PÉLISSIER, René. **Naissance du Mozambique** - Résistances et révoltes anticoloniales (1854-1918). Orgeval-France: Pélissier, 1984, Vol. I.

PIRES PRATA, Padre António. Os macuas têm outros nomes. **O Missionário Católico** (Cucujães). 23, 1946, p. 47-48.

PRICE, Thomas. The name Anguru. **The Nyasaland Journal** (Blantyre). 5, 1952, p. 23-25.

RAFAEL, Saúl. Milange e os seus povos. **Moçambique** - Documentário trimestral (Lourenço Marques). 82, 1955, p. 5-45; 83, 1955, p. 5-45; 84, 1955, p. 57-72; 85, 1956, p. 61-85.

RAJAONARIMANANA, Narivelo. Les parents à plaisanterie des Makoa. **Études Océan Indien**. 8, 1987, p. 119-123.

RAKOTOMALALA, Malanjaona; RAZAFIMBELO, Célestin. Le probleme d'intégration sociale chez les Makoa de l'Antsihanaka. **Omalý sy Anio**. 21-22, 1985, p. 93-113.

RANGELEY, W.H.J. The angoni. **The Society of Malawi Journal**. 19, 1966, p. 62-86.

RAZAFIARIVONY, Michel. Les zazamanga d'Antanetibe Ambato: De la servitude à la lutte continue pour la reconnaissance réelle. In **Fanadevozana ou esclavage. Colloque international sur l'esclavage à Madagascar**. Antananarivo: Institut de Civilisations, Musée d'Art et Archeologie, 1996, p.548-559.

READ, Margaret. **The ngoni of Nyasaland**. Oxford: Oxford University Press, 1956.

REDDI, Sadasivam. Aspects of the British Administration. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26th February-2nd March 1985.

RITA-FERREIRA, António, A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º quartel do século XIX. In: MADEIRA SANTOS, Maria Emília. (org). **Actas da I Reunião**

**Internacional de História da África: Relação Europa- África no 3º quartel do Séc. XIX.**

Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 299-347.

RITA-FERREIRA, António. Alguns aspectos materiais da civilização suahili em Moçambique. **LEBA**. 7, 1992, p. 319-324.

RITA-FERREIRA, António. **Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.

RITA-FERREIRA, António. **Os cheuas da Macanga**. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1966.

RITA-FERREIRA, António. **Povos de Moçambique - História e Cultura**. Porto: Afrontamento, 1975

ROMBI, Marie Françoise. **Le shimaore (Ile de Mayotte, Comores)**. Première approche d'un parler de la langue Comorienne. Paris: SELAF, 1983.

SANTOS, Frei João dos. **Ethiopia Oriental**. Lisboa: Typografia Commercial de Portugal, 1891, Vol. I.

SCHRIVE, M. Histoire du peuple (les gens qu'on avait vendus comme esclaves). Récit enregistré en avril 1977 à Mandrosomiadana près de Sajôavato (Diego-Suarez). Comunicação pessoal.

SCRIVENOR, (T.V.), Some notes on "Utani" or the vituperative alliances existences existeng between the clans in Massai district. **Tanganyika Notes and Records**. 4, 1937, p. 72-74.

SHARP, Lesley A. **The Possessed and the Dis-possessed: Spirits, Identity, and Power in a Madagascar Town**. Berkeley: University of California Press, 1993.

SINCLAIR, Paul. Um reconhecimento arqueológico do norte de Moçambique, província de Cabo Delgado. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. 3, 1987, p. 21-43.

TEIXEIRA DUARTE, Ricardo. Moçambique e o Índico (Evidências arqueológicas do passado de Moçambique na sua relação com a História dos contactos comerciais entre os diversos povos do oceano Índico). **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. 3, 1987, p. 3-20.

TEW, Mary. **Peoples of the Lake Nyassa Region**. Londres: Oxford University Press, 1950.

VERIN, Pierre. Les séquelles de l'esclavage aux Comores et a Madagascar, 150 ans après la premiere abolition dans l'Océan Indien. Paper presented at the International Seminar on Slavery in the South-west Indian Ocean, Mahatma Gandhi Institute, Maka-Mauritius, 26 February to 2 March, 1985.

WEGHER, Padre Luis. **Um olhar sobre Niassa**. Maputo: Paulinas Editora, 1995-1995. 2 Vols.

WHITELEY, Wilfred. Modern local government among the Makua. **Africa** (London). 24, 1954, p. 349-358.

WOODWARD, H. W. Makua Tales. **Bantu Studies**. 6, 1932, p. 71-89; 9, 1935, p. 115-158.

Recebido em 31/10/ 2018

Aprovado em 12/12/ 2018